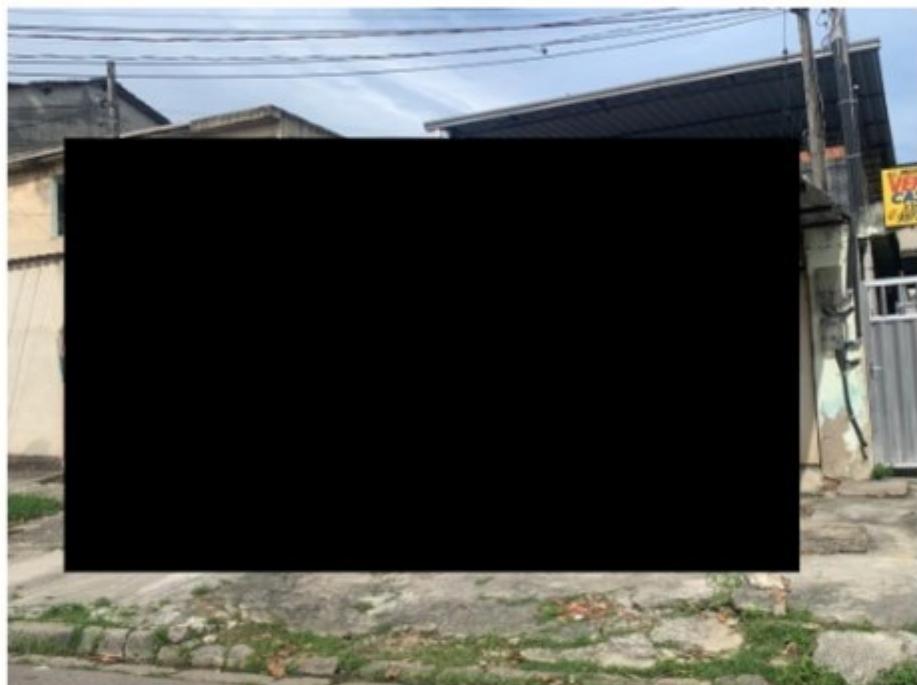




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

(SEM CONFIGURAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO À
ESCRAVIDÃO)



PERÍODO DA AÇÃO FISCAL:

Realizada em 21 de agosto de 2023

LOCAL: [REDACTED]

ATIVIDADE: Serviços domésticos (9700-5/00)

ÍNDICE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

1. EQUIPE	3
2. DADOS DA SUPosta EMPREGADORA	3
3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	4
4. DA AÇÃO FISCAL	4
5. CONCLUSÃO	9



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

1. EQUIPE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Auditores-Fiscais do Trabalho

- **100% Satisfaction** • **100% Money Back** • **100% Quality**

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1^a REGIÃO (MPT/RJ)

POLÍCIA FEDERAL – DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL

2. DADOS DA SUPOSTA EMPREGADORA

Nome: _____

- CPF



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

3. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados: 00
Empregados no estabelecimento: 00
Mulheres no estabelecimento: 00
Total de trabalhadores registrados sob ação fiscal: 00
Mulheres registradas: 00
Total de trabalhadores identificados em condições análogas a de escravo: 00
Total de trabalhadores afastados: 00
Número de mulheres afastadas: 00
Número de estrangeiros afastados: 00
Valor líquido recebido rescisão: 00
Número de autos de infração lavrados: 00
Termos de apreensão e guarda: 00
Número de menores (menor de 16): 00
Número de menores (menor de 18): 00
Número de menores afastados: 00
Termos de interdição: 00
Guias seguro desemprego emitidas: 00
Número de CTPS emitidas: 00
Ocorrências caracterizadoras do TAE: 00

4. DA AÇÃO FISCAL

Trata-se de ação fiscal de combate ao trabalho análogo à escravidão iniciada às 13h do dia 21/08/2023, no âmbito da Operação Resgate III, com o deslocamento da equipe de dois Auditores-Fiscais do Trabalho, em conjunto com procuradoras do Trabalho ao endereço residência e equipe da Polícia Federal, [REDACTED], a fim de verificar possível caso de trabalho doméstico em condições análogas à escravidão.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

A ação fiscal foi planejada a partir de demanda do Disque Direitos Humanos (Disque 100), recebida sob [REDACTED] com acesso à residência realizado com autorização judicial, exarada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a partir de demanda do Ministério Público do Trabalho (Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região).

Foi feito levantamento prévio pela equipe no cadastro INFOSEG e sistema CNIS, verificando que a suposta vítima (Sr. [REDACTED] hoje tem 76 anos e recebe benefício por invalidez desde janeiro de 1973, bem como que a Sra. [REDACTED] suposta empregadora tem 45 anos e possui vínculo empregatício na empresa VIA S.A., responsável pelas lojas Ponto Frio.

Restou então verificado que a numeração da casa estava equivocada na demanda, sendo correto o [REDACTED] Após chamar ao portão, fomos atendidos pela Sra. [REDACTED] mãe da Sra. [REDACTED] que informou que a Sra. [REDACTED] não estava em casa e que iria chamar a filha, que mora na casa dos fundos no mesmo terreno.

Em seguida, a Sra. [REDACTED] recebeu a equipe, informando, quando indagada, que a Sra. [REDACTED] tinha ido ao posto médico para fazer curativo na perna; que a Sra. [REDACTED] é prima do pai da entrevistada; que a Sra. [REDACTED] mora com a entrevistada “desde sempre”; que acha que a Sra. [REDACTED] se aposentou por “problemas na cabeça” e que a mesma tem dificuldades de memória; que a Sra. [REDACTED] costuma esconder dinheiro em casa e depois esquecer que escondeu, colocando a culpa na família; que a Sra. [REDACTED] gosta de ir à igreja católica perto de casa (Paróquia Nossa Senhora da Conceição) e que possui muitas amigas [REDACTED] (alguns dos nomes citados); que trabalha na loja Ponto do calçadão de Nilópolis; que a Sra. [REDACTED] recebe cesta básica na igreja; que a Sra. [REDACTED] trabalhava fora como empregada doméstica antes da aposentadoria; que a Sra. [REDACTED] não lê e não sabe escrever; que a Sra. [REDACTED] “desenhou” o nome no documento de identidade e depois, no banco Bradesco disse que não tinha sido ela que assinou, gerando o bloqueio da conta; que a Sra. [REDACTED] fez vários empréstimos consignados no benefício para os familiares, mas que isso gerou confusão e que hoje os saques do benefício são feitos pela Sra. [REDACTED] com ajuda de uma das amigas, a Sra. [REDACTED], que guarda em casa o cartão da Sra. [REDACTED] que a Sra. [REDACTED]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

não trabalha na casa e que ajuda em algumas atividades, assim como os demais membros da família.

Após, a procuradora do Trabalho [REDACTED] exibiu a liminar para acesso à residência e a Sra. [REDACTED] levou a equipe à casa dos fundos e mostrou o quarto da família, no qual há uma casa de casal, na qual dorme a Sra. [REDACTED] e dois filhos, e uma cama de solteiro, na qual dorme a Sra. [REDACTED]



A Sra. [REDACTED] dorme no mesmo quarto da Sra. [REDACTED] na cama de solteiro (à direita)

A Sra. [REDACTED] também informou que paga R\$ 400 mensais ao pai, dono da casa, pelo aluguel e que a Sra. [REDACTED] colabora com R\$ 300 por mês para ajudar com as despesas da residência. Também foi dito que [REDACTED] uma das filhas da Sra. [REDACTED] estuda Serviço Social na UFRJ (Praia Vermelha).

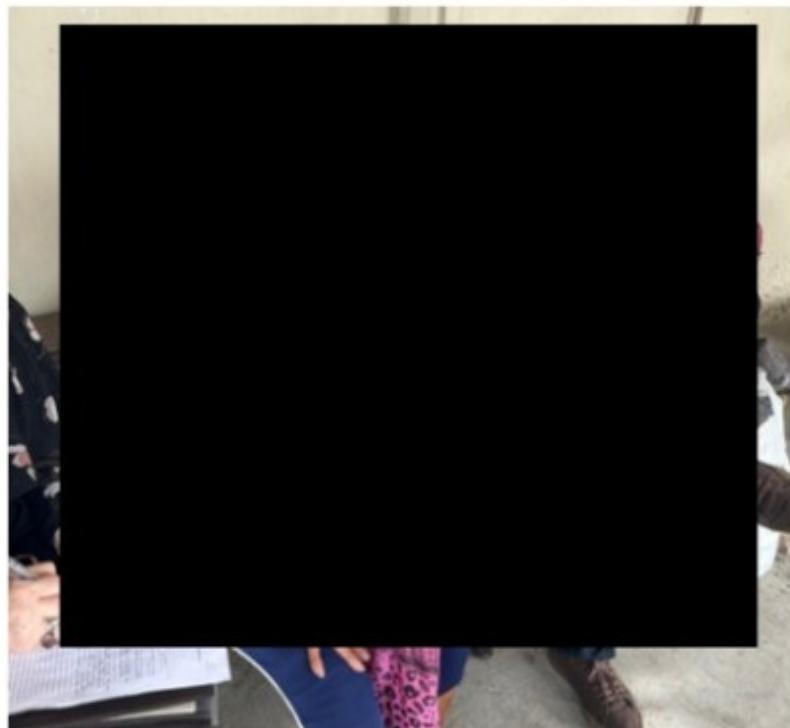
Posto de Saúde da Família [REDACTED]

Em seguida, a equipe foi ao posto de saúde [REDACTED], para tentar falar com a Sra. [REDACTED]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

Ao chegar ao local, foi possível identificar a idosa, pela foto do documento apresentada, bem como pela atadura na perna.



A Sra. [REDACTED] conversou com a equipe no posto de saúde

Após identificação, a equipe então entrevistou a Sra. [REDACTED] que disse ter ido ao posto para cuidar da ferida na perna; que criou a Sra. [REDACTED] que dorme no quarto com a família; que ajuda mensalmente com R\$ 300 nas despesas da casa; que costuma ajudar a preparar o almoço e o café da manhã e os filhos da Sra. [REDACTED] ajudam a arrumar as camas e limpar a casa; que a Sra. [REDACTED] vai com a entrevistada ao banco para sacar o benefício.

De forma geral, portanto, a idosa confirmou as informações obtidas com a Sra. [REDACTED] bem como mostrou-se desconfiada em responder sobre os empréstimos no extrato do benefício.

Também no local a equipe foi abordada por uma familiar da Sra. [REDACTED] que ficou preocupada e foi saber o que estava acontecendo ao ser avisada por alguém no posto de saúde.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO

Paróquia Nossa Senhora da Conceição

Assim, resolvemos ir à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, atrás do posto de saúde, a fim de buscar contato com a Sra. [REDACTED] que é bem atuante na instituição.

Solicitamos, então, que a secretária [REDACTED] da Paróquia fizesse contato com a Sra. [REDACTED] e perguntasse se a mesma poderia falar ao telefone com a fiscalização.



A paróquia está localizada em rua ao lado do posto de saúde

Diante de concordância da Sra. [REDACTED] a mesma respondeu à equipe que passou a ajudar a Sra.

[REDACTED] nos saques porque havia vários descontos por empréstimos; que a Sra. [REDACTED] é a mãe de criação da Sra. [REDACTED] que não trabalha na casa e nem tem condições para isso; que a Sra. [REDACTED] e família às vezes passam fome por falta de recursos; que o único problema é referente aos empréstimos e que por isso ela ajuda; que entregou um extrato da conta benefício à Sra. [REDACTED] naquela data.

A Sra. [REDACTED] disse que tem os extratos bancários que comprovam os empréstimos e que reside à Rua [REDACTED]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO NO RIO DE JANEIRO – SRTb/RJ
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO
PROJETO DE COMBATE AO TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO**

Retornando ao posto de saúde, voltamos a questionar a Sra. [REDACTED] sobre os supostos extratos de benefício que ela teria na bolsa, mas a mesma permaneceu desconfiada e não mostrou os documentos à equipe.

Por fim, a Sra. [REDACTED] não quis retornar a sua residência no carro da fiscalização, preferindo voltar a pé.

5. CONCLUSÃO

Por conseguinte, a partir do cenário encontrado, não há que se falar em relação de trabalho, muito menos em trabalho em condição análoga à de escravo, em qualquer de suas variáveis conforme IN nº 02/2021, havendo a convivência da Sra. [REDACTED] como integrante da família.

A Sra. [REDACTED] faz pequenos afazeres domésticos, como todos na família. A mesma possui vida social e mora nas mesmas condições dos demais familiares.

Vale ressaltar que existe um conflito referente a supostos empréstimos no recebimento do benefício, que motivaram a idosa a retirar o cartão do local. Aliás, a Sra. [REDACTED] mostrou-se desconfiava e desconfortável a responder sobre qualquer indagação referente ao benefício.

Era o que tinha a ser relatado sobre a questão.

Rio de Janeiro/RJ, 21 de agosto de 2023.

[REDACTED]